

POPULISMO ECONÔMICO BRASILEIRO DA NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS FISCAIS E MONETÁRIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1995-2022

BRAZILIAN ECONOMIC POPULISM IN THE NEW REPUBLIC: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN FISCAL AND MONETARY POLICIES IN THE 1995-2022 PERIOD

Artur Francisco Junkes^a

^a Mestre em Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Contato principal: arturfj1999@gmail.com

Resumo

O objetivo da pesquisa foi identificar quais governantes entre 1995 e 2022 se encaixam na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Referente ao método, o estudo é aplicado, dialético, bibliográfico, descritivo e qualitativo. Quanto aos resultados, houve anos em que os indicadores econômicos da dívida externa bruta, dívida externa líquida, PIB real, superávit primário, saldo do balanço de pagamentos, IPCA, IPCA monitorado, taxa Selic, dívida pública bruta e dívida pública líquida estiveram aquém do esperado. Com esses dados coletados e com o contexto socioeconômico brasileiro e mundial, o governo Dilma, Bolsonaro e, parcialmente, o FHC apresentam indícios de serem encaixados na taxonomia de Populista Econômico.

Palavras-chave: Populismo Econômico; Governo Brasileiro; Indicadores Econômicos.

Códigos JEL: N00; N4; N46.

Abstract

The objective of the research was to identify which rulers between 1995 and 2022 fit the label of economic populism in fiscal and monetary matters. Regarding the method, the study is applied, dialectical, bibliographic, descriptive, and qualitative. As for the results, there were years in which the economic indicators of gross external debt, net external debt, real GDP, primary surplus, balance of payments, IPCA (price index), monitored IPCA, gross public debt, net public debt and Selic (interbank) rate were below expectations. With these data collected and in view of the Brazilian and world socioeconomic context, the Dilma, Bolsonaro and, partially, the Fernando Henrique Cardoso governments show signs of being embedded in economic populism.

Keywords: Economic Populism; Brazilian Government; Economic Indicator.

JEL Codes: N00; N4; N46.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar, apesar do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1968 a 1973, a economia brasileira não teve êxito em obter desenvolvimento econômico, sofrendo com elevada concentração de renda, dívida externa, inflação, instabilidade política e déficits na balança comercial. Depois do fim da ditadura militar em 1985, o Brasil voltou ao regime democrático, que viria a ser conhecido como “Nova República”. Durante este período, o país foi governado pelos seguintes presidentes: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Nisso, o Brasil sofreu com instabilidade política, crises financeiras, estagnação econômica, hiperinflação, inflação inercial e, mais recentemente, com a crise sanitária da Covid-19, que foi uma pandemia causada por uma infecção respiratória aguda. Contudo, houve êxitos também com a redução da pobreza, da fome e da inflação. Ademais, em termos globais, tiveram duas grandes crises, a crise do Subprime em 2008 dos Estados Unidos e a crise da Covid-19 em 2020.

O objetivo deste trabalho foi identificar quais governantes entre 1995 e 2022 se adequam a classificação de Populista econômico nos aspectos fiscais e monetários. Ou seja, verificar quais governos tiveram descumprimento das finanças do país em prol da ampliação insustentável de políticas desenvolvimentistas e sociais.

Para que fosse possível realizar a análise pretendida, foi pertinente trazer à tona o modelo Populista Econômico, que segundo Bresser Pereira (1991) é frequentemente dividido em duas fases, que formam um ciclo. Na primeira fase, o governo propõe uma série de mudanças distributivas e desenvolvimentistas de maneira rápida. Já na segunda fase, o governo não dá a devida importância ou até mesmo ignora as medidas orçamentárias para tentar implementar suas propostas.

Mais especificamente, será feita a discussão dos conceitos de populismo e de populismo econômico, a coleta de dados referente a dívida externa bruta e líquida, o superávit primário, a carga tributária, o balanço de pagamentos, o IPCA, o IPCA monitorado, a variação do PIB Real, a taxa de juros Selic, a dívida pública bruta e líquida durante o período de 1995 a 2022. Além disso, será feita a análise dos dados econômicos coletados com a temática de populista econômico e a discussão dos dados demonstrados referente à temática proposta.

Devido à instabilidade do período entre os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) e a banalização do termo populista econômico, é necessário caracterizar quais governos são englobados na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários e quais não. Isto porque essa classificação ajudará a compreender melhor as crises econômicas, políticas e sociais do período e da atualidade.

Ao entender melhor essas questões, será possível compreender com mais clareza comportamentos de futuros governantes no quesito de propor políticas sociais, distributivas e desenvolvimentistas de maneira responsável sem comprometer a área fiscal.

Ademais, após a identificação dos traços de governos populistas econômicos, será possível dar mais crédito aos governantes que não se encaixam em tal conceito e demonstrar, eventualmente, governos que desabonem a área fiscal brasileira.

As etapas neste trabalho de conclusão de curso serão: coleta dos dados, análise das informações obtidas e a discussão dos dados obtidos para a problemática apresentada.

Quanto à classificação metodológica de (PRODANOV; FREITAS, 2013), a natureza do trabalho é aplicada pela natureza prática e imediata, o método científico é dialético por considerar que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, o objetivo do estudo é descritivo por esclarecer de maneira abrangente um tema pesquisa por outros, o procedimento técnico é bibliográfico pelas informações e dados estarem em material bibliográfico e, por fim, a abordagem é qualitativa devido a abordagem subjetiva e estar inserido as característica da sociedade nele. Ou seja, é uma pesquisa aplicada, dialética, bibliográfica, descritiva e qualitativa.

Na fase de coleta de dados, serão mostrados os seguintes dados da economia brasileira no período a ser estudado: dívida externa bruta/PIB (%), dívida externa líquida/PIB (%), variação do PIB real, superávit primário, carga tributária bruta, saldo da balanço de pagamentos (transações correntes), taxa de inflação IPCA, IPCA-preços monitorados (cesta composta por produtos como

combustíveis, remédios, passagens de ônibus e material escolar entre outro), taxa de juros Selic, dívida pública bruta/PIB (%) e dívida pública líquida/PIB (%).

Na análise, será analisado quais governos tiveram os indicadores econômicos dentro da normalidade levando em conta o contexto socioeconômico do país e do resto do mundo e quais se distanciaram destes quadros. Isto é, serão apresentados os indicadores da dívida interna e externa, superávit primário, carga tributária, balanço de pagamentos, IPCA, IPCA-monitorado, variação do PIB, dívida pública bruta e dívida pública líquida sem grandes oscilações.

Por fim, levando em conta as etapas anteriores e a bibliografia sobre o tema, serão discutidos os resultados para resolver a problemática trazida inicialmente.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.2. OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Devido a tais turbulências econômicas e sociais da Covid-19, tanto em termos nacionais como globais, ocorreu a banalização do uso do termo Populismo Econômico, que ainda é utilizado de maneira errônea para designar quaisquer governos com políticas distributivas, sociais e desenvolvimentistas. O uso do termo é equivocado, visto que o populismo econômico se refere a um desenvolvimentismo e distributivismo que não leva em consideração a responsabilidade com os custos. Isto é, o estado gastar de maneira abusiva e desvalorizar a parte fiscal.

Para a realização dessa pesquisa, será visto o conceito de Trade-off entre inflação e desemprego aplicado aos ciclos políticos com o intuito de compreender melhor o fenômeno do populismo econômico. Adicionalmente, é fundamental conceituar e diferenciar Populismo político de Populismo econômico. Para isso, serão utilizados como fundamentação as definições de Weffort (2003) e Ferreira (2001) para Populismo Político e as de Dornbusch e Edwards (1991) e Bresser Pereira (1991) para Populismo Econômico.

1.2. TRADE-OFF ENTRE INFLAÇÃO E DESEMPREGO

Conforme Blanchard(2011), um conflito gerado por políticas econômicas e ciclos políticos pode ser observado entre as metas de redução do desemprego e a estabilidade de preços. Porque existe uma relação inversa entre inflação e desemprego que é chamada de Trade-off entre Inflação e Desemprego. Esse vínculo ocorre através da Curva de Phillips, que permite analisar o comportamento entre os dois indicadores no curto prazo. Segundo esta teoria, uma maior taxa de desemprego leva a uma menor inflação e uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação. Contudo, esta relação não é válida no longo prazo, uma vez que a taxa de desemprego é basicamente independente da taxa de inflação conforme outras variáveis vão se alterando.

Todavia, conforme Blanchard (2011), a Curva de Phillips Aceleracionista acrescenta a análise das expectativas e utiliza o método das expectativas adaptativas. Esse método não consiste somente na taxa de inflação ou desemprego, e sim, sua variação. Por conta disso, é necessário taxas de inflação cada vez maiores para manter as taxas de desemprego abaixo da taxa natural.

Nisso, pode-se comprovar mais concretamente, que a relação inversa entre a inflação e o desemprego existe quando a inflação observada está acima das expectativas. Adicionalmente, vale observar que esse efeito existirá somente no curto prazo. Dado que inflação observada se torna igual à esperada no longo prazo. Por fim, vale observar que essa relação Trade-off entre inflação e desemprego é um reflexo de uma tendência cíclica da economia, alternando períodos de maior prosperidade com outros mais recessivos.

1.3. POPULISMO POLÍTICO

De maneira geral, o Populismo Político é a manipulação do governo diante das classes com

maior desconhecimento político. Como é mostrado por Weffort (2003, p. 51), o Populismo Político é uma maneira de expressar as insatisfações com as classes dominantes, que podem ser ameaçadas, e uma forma de manipular as classes populares. Por outras palavras, Populismo Político segundo Weffort é enganar e controlar a população mais vulnerável, mostrando indignação com as parcelas mais poderosas da sociedade.

Contudo, conforme Fonseca (2011), tal conceito é amplo, vago e invariavelmente pejorativo para classificar determinado governo por faltar elementos mais concretos e impessoais para a análise. Por conta disso, segundo Ferreira (2001), Populismo Político é um termo usado após o início da Ditadura Militar para sempre desqualificar seus adversários como irresponsáveis e manipuladores independentemente da ideologia política, tanto no presente como no passado. Ou seja, Populismo Político para Ferreira não é uma taxonomia técnica e sim, um termo para desmerecer os outros que lhe convém.

1.4. POPULISMO ECONÔMICO

O Populismo Econômico apresenta uma taxonomia mais concreta e precisa, diferentemente do Populismo Político, apesar de ainda se tratar de um conceito amplo. Dito isso, os modelos referentes ao Populismo Econômico se baseiam em um padrão de política econômica através de ciclos. Referente a essas políticas, apesar de existirem focos de instrumentos divergentes, elas convergem em crescer aceleradamente independentemente das situações adversas e subestimam as políticas de estabilização. Ainda, quando os governantes assumem uma conjuntura adversa, os governos populistas acusam seus antecessores de responsáveis pela situação de hoje ser aquém da desejada e se negam a reconhecer a necessidade de medidas restritivas. Com isso, eles propõem uma melhora drástica da política econômica através do maior crescimento.

De acordo com Dornbusch e Edwards (1991), ao estudarem a história da economia Latino-Americana, percebeu-se que a economia Latina seguia ciclos econômicos de crise e irregularidades através de políticas macroeconômicas populistas. Nisso, Dornbusch e Edwards (1991) definiram o Populismo Econômico como uma economia geralmente iniciada em depressão, ou até mesmo estagnada, em que são criados programas altamente expansionistas. Referente às condições iniciais do governo Populista econômico, a performance da economia está abaixo do esperado e, de modo geral, os gestores de política pública sentem um desejo de melhorar. Com isso, essa parcela da população acaba tendo um caráter orçamentário irrestrito para políticas públicas.

Durante esse processo, o Populismo Econômico ocorre em quatro fases: I) ocorre políticas de aumento da demanda através das importações e aumentos salariais sem o problema da inflação pelo trade-off natural da inflação e desemprego ser amenizado pelas importações; II) de maneira gradual, apesar dos salários se manterem, surgem pontos de estrangulamento na economia em que a inflação aumenta significativamente, no entanto, o governo opta por protecionismo ou controle cambial, rejeitando medidas que seriam estabilizadoras; III) ocorre o aprofundamento da crise em que, através da desmonetização, fuga de capitais, diminuição da arrecadação, do aumento do déficit público e dentre outros possíveis fatores, acaba desestabilizando a situação política pela inflação crescente que leva a queda dos salários reais e se tornar claro que o governo está em uma situação desesperada; IV) torna-se um ambiente favorável para políticas ortodoxas em que, após essas políticas, o salário real vai ser diminuído drasticamente. Isto é, o Populismo Econômico para Dornbusch e Edwards consiste no aumento da demanda seguido de controle do câmbio ou protecionismo em pontos de estrangulamento da economia que resultam em aumento da crise econômica e um ambiente fértil para políticas ortodoxas.

Apesar desses procedimentos populistas na parte econômica, Dornbusch e Edwards (1991) observaram que a maioria dos países da América Latina em que se encaixava nessa taxonomia não apresentou sempre o colapso da economia. Todavia, em todos os casos, apresentou efeitos desastrosos para os grupos mais necessitados, que eram os mais beneficiados pelas políticas públicas.

Bresser Pereira (1991, p. 111), ao estudar o fenômeno populista da América Latina e ao diferenciar as políticas keynesianas do Populismo Econômico, classificou o Populismo Econômico em três fases. A primeira fase é caracterizada por inflação baixa e grande crescimento a partir de uma união de decisões governamentais que buscam amenizar os efeitos do Trade-off como: estancamento

de preços e tarifas públicas, aumento de salários tanto no setor privado como no público, manter artificialmente baixa a taxa de juros, a valorização do câmbio e aumento do déficit público e das despesas. Ou seja, políticas governamentais que favoreciam o crescimento.

Quanto à segunda fase, após a primeira etapa aparentemente promissora, é a falta de controle do déficit público e a intensificação da crise do balanço de pagamento que resultam em uma crise fiscal e na elevação da inflação.

Finalmente, na terceira fase, se intensifica a crise política, econômica e inflacionária com a desvalorização do câmbio não sendo mais possível. Com isso, ocorre o fim do governo populista econômico através de um golpe de estado ou com a mudança de governo ou, ao menos, dos supostos políticos responsáveis como o ministério da economia. Contudo, apesar desses aspectos negativos, o populismo econômico faz com que acelere a taxa de crescimento e ocorra a elevação dos investimentos, consumo e salários por causa do aumento da taxa de emprego sendo priorizada sobre o controle da inflação.

Outrossim, o economista Bresser Pereira (1991) diferenciou o Populismo Econômico “de direita” do “de esquerda”. No “de direita”, o gasto irresponsável é feito sobre o gasto público através do afrouxamento fiscal a fim de contemplar as demandas de todos os segmentos da sociedade ao custo do setor público e no clientelismo, que é a troca de serviços ou bens apoio político. Quanto ao “de esquerda”, é mais focada no distributivismo irresponsável por meio de salários e de reajustes de preços.

De maneira geral, Populismo Econômico para Bresser Pereira é elevado crescimento e inflação baixa por causa de políticas artificiais do governo seguidas de uma crise fiscal que resulta em uma crise econômica e política. Ainda, definiu o Populismo Econômico “de direita como o gasto irresponsável referente ao gasto público no “de esquerda”, que tem maior foco no distributivismo sem restrições.

Em ambas as definições de Dornbusch e Edwards (1991) e de Bresser Pereira (1991), supõem um primeiro momento benéfico para os governos populista econômicos através do aumento de demanda através da ênfase do combate ao desemprego e de controles econômicos artificiais do governo como a taxa de juros, a inflação e o câmbio. Depois disso, não sendo mais possível de efetuar esse controle artificial, ocorre a crise econômica, através da piora generalizada de diversos indicadores como a inflação, o déficit público, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o balanço de pagamentos, a dívida externa e outros indicadores. Por fim, se transforma em um ambiente favorável para políticas ortodoxas.

Em relação às divergências, de maneira geral, referem-se ao Dornbusch e Edwards (1991) não ver a necessidade de troca de governo ou pelos responsáveis em relação ao Bresser Pereira (1991) que prega a necessidade dessa transição dos supostos “culpados”. Adicionalmente, Bresser Pereira (1991) intensifica a importância do papel da valorização do câmbio enquanto Dornbusch e Edwards (1991) fortalece a condição inicial do governo Populista econômico, em que a performance da economia está pior que o esperado, da sociedade e os políticos almejam melhorar a economia mesmo implicando em fortes desrespeitos orçamentários. Ademais, se acentua que o Populismo Econômico não resulta necessariamente no colapso da economia, mas, sim, na piora generalizada dos mais necessários.

2. RESULTADOS

Os resultados coletados revelam uma série de conceitos econômicos fundamentais. A Dívida Externa Bruta representa o endividamento dos residentes de um país em relação aos residentes no resto do mundo. Já a Dívida Externa Líquida é a diferença entre a Dívida Externa Bruta e as aplicações em moeda estrangeira. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, sendo o PIB Real calculado a preços constantes para eliminar o efeito da inflação. O Superávit Primário corresponde ao resultado das contas públicas excluindo os juros.

Ademais, a Carga Tributária refere-se ao total dos tributos arrecadados pelo governo de um país em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). As transações Correntes abrangem as transferências de bens, serviços e doações recebidas de países ou órgãos internacionais. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é o indicador oficial da inflação no Brasil e se concentra em uma cesta de produtos básicos.

Além disso, a Taxa Básica de Juros de um país corresponde à remuneração que o Tesouro Nacional paga aos seus credores e funciona como referência para contratos de crédito. Por fim, a Dívida Pública Bruta refere-se à dívida do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, enquanto a Dívida Pública Líquida é a Dívida Pública Bruta menos a soma dos créditos do Banco Central e do setor público não-financeiro.

Com isso, em virtude da variedade dos dados adquiridos, será feito na figura 1 um quadro resumo de todos os indicadores coletados entre os anos de 1995 a 2022. Com isso, foram coletados os seguintes dados adquiridos: dívida externa bruta/PIB (%) (DEB), dívida externa líquida /PIB (%) (DEL), variação do PIB real, superávit primário (SP), carga tributária bruta (CTB), saldo do balanço de pagamentos (transações correntes) (Saldo BP), taxa de inflação IPCA, IPCA-preços monitorados (cesta composta por produtos como combustíveis, remédios, passagens de ônibus e material escolar entre outro), taxa de juros Selic, dívida pública bruta/PIB (%) (DPB) e dívida pública líquida/PIB (%) (DPL).

Figura 1 - Quadro resumo dos dados

Ano	DEB	DEL	PIB Real	SP	CTB	Saldo BP	IPCA	IPCA (Monitorado)	Selic	DPB	DPL
1995 (FHC 1)	20,70%	12,00%	4,22%	0,40%	27,20%	-2,43%	22,41%	25,33%	41,20%	-	29,50%
1996 (FHC 1)	21,40%	12,00%	2,21%	-0,10%	26,40%	-2,80%	9,56%	18,69%	23,90%	-	33,30%
1997 (FHC 1)	23,00%	15,00%	3,39%	-1,00%	26,90%	-3,47%	5,22%	17,04%	39,90%	-	34,50%
1998 (FHC 1)	26,60%	21,60%	0,34%	0,00%	27,50%	-3,91%	1,65%	3,21%	29,20%	-	42,60%
1999 (FHC 2)	41,20%	32,40%	0,47%	3,30%	28,50%	-4,31%	8,94%	19,23%	19,00%	-	46,90%
2000 (FHC 2)	36,60%	29,50%	4,39%	3,50%	29,90%	-3,81%	5,97%	12,30%	15,80%	-	49,30%
2001 (FHC 2)	37,90%	29,40%	1,39%	3,60%	31,00%	-4,24%	7,67%	10,33%	19,10%	50,40%	48,80%
2002 (FHC 2)	41,80%	32,70%	3,05%	3,90%	32,00%	-1,60%	12,53%	14,43%	24,90%	53,10%	60,40%
2003 (Lula 1)	38,80%	27,30%	1,14%	4,30%	31,40%	6,43%	9,30%	12,55%	16,30%	59,90%	54,80%
2004 (Lula 1)	30,30%	20,40%	5,76%	4,20%	32,30%	1,86%	7,60%	9,77%	17,70%	56,00%	50,60%
2005 (Lula 1)	19,20%	11,50%	3,20%	4,40%	33,30%	1,55%	5,69%	8,64%	18,00%	56,40%	48,40%
2006 (Lula 1)	15,90%	6,90%	3,96%	3,20%	33,60%	1,16%	3,14%	4,20%	13,20%	56,40%	47,30%
2007 (Lula 1)	14,10%	-0,90%	6,07%	3,30%	33,90%	3,00%	4,46%	1,64%	11,20%	58,00%	45,50%
2008 (Lula 2)	12,00%	-1,70%	5,08%	3,40%	34,60%	-1,82%	5,90%	3,23%	13,70%	67,70%	38,50%
2009 (Lula 2)	12,20%	-3,80%	-0,13%	2,00%	33,10%	-1,58%	4,31%	4,64%	8,70%	60,90%	42,10%
2010 (Lula 2)	12,00%	-2,40%	7,53%	2,80%	32,30%	-3,69%	5,91%	3,09%	10,70%	63,40%	39,20%
2011 (Dilma 1)	11,80%	-2,30%	3,97%	3,10%	33,00%	-2,93%	6,50%	6,04%	10,90%	54,20%	36,50%
2012 (Dilma 1)	13,30%	-3,00%	1,92%	2,40%	32,70%	-3,43%	5,84%	3,59%	7,10%	58,80%	35,30%
2013 (Dilma 1)	12,70%	-3,70%	3,00%	1,70%	32,50%	-3,24%	5,91%	1,54%	9,90%	56,70%	33,80%
2014 (Dilma 1)	14,40%	-1,90%	0,50%	-0,60%	31,80%	-4,14%	6,41%	5,20%	11,60%	63,40%	36,70%
2015 (Dilma 2)	16,60%	-3,20%	-3,55%	1,90%	32,00%	-3,04%	10,67%	16,77%	14,20%	65,50%	37,90%
2016 (Dilma 2)	18,20%	-3,80%	-3,28%	2,60%	32,10%	-1,36%	6,29%	5,39%	13,60%	69,90%	47,60%
2017 (Temer)	15,40%	-3,80%	1,32%	-1,70%	32,20%	-1,07%	2,95%	7,75%	6,90%	74,00%	63,40%
2018 (Temer)	17,20%	-3,60%	1,78%	-1,60%	32,60%	-2,68%	3,75%	6,06%	6,40%	76,70%	55,60%
2019 (Bolsonaro)	17,20%	-2,60%	1,22%	-0,90%	32,50%	-3,47%	4,31%	5,42%	4,40%	75,90%	58,40%
2020 (Bolsonaro)	21,50%	-4,30%	-3,28%	-9,50%	31,60%	-1,69%	4,52%	2,64%	1,90%	89,20%	67,00%
2021 (Bolsonaro)	20,20%	-3,20%	4,62%	-2,90%	33,90%	-1,74%	10,06%	15,77%	9,15%	80,28%	61,75%
2022 (Bolsonaro)	18,50%	-2,20%	2,47%	-4,70%	-	-1,41%	7,17%	-1,47%	13,65%	77,13%	58,98%

Fonte : elaboração própria a partir dos dados do IBGE, IPEA, FMI, TSC, STN E BCB.

A análise dos dados coletados revela padrões importantes ao longo dos anos. Entre 1998 e 2004, período que abrange os governos de FHC (1998-2002) e Lula (2003-2004), observou-se as maiores Dívidas Externas Líquidas, com uma oscilação entre 20,4% e 32,7%. Destaca-se que a maior Dívida Externa Líquida foi registrada em 2002, ao final do governo FHC, atingindo 32,7%. Por outro lado, as menores Dívidas Externas Líquidas ocorreram em 2009 (-3,8%) durante o governo Lula, em 2012 (-3%) e 2013 (3,7%) na gestão de Dilma Rousseff, assim como em 2015 (-3,20%), 2016 (-3,8%), e 2017 (-3,8%) durante os mandatos de Dilma e Michel Temer, e em 2020 (-4,3%) e 2021 (-3,2%) sob a presidência de Jair Bolsonaro.

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) Real, as maiores variações foram observadas durante o governo de Lula em 2004, 2007, 2008 e 2010, com destaque para 2010, que apresentou a maior variação com 8%. As menores variações negativas foram registradas durante o governo de Dilma em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,28%), e durante o governo de Bolsonaro em 2020 (-3,28%).

Os melhores saldos de Superávit Primário foram entre os anos de 1999 e 2008, e de 2010 a 2011, durante os governos de FHC (1999-2002), Lula (2003-2008), e Dilma (2011-2014). Destaca-se que o ano com o maior superávit foi em 2005, durante o governo Lula, atingindo 4,4%. Já os piores saldos, inclusive negativos, foram registrados entre 1996 e 2001, 2010 e 2014, e em 2019, durante os mandatos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, respectivamente, variando entre -0,10% e -9,50%.

Quanto à carga tributária, os maiores valores foram registrados entre 2005 e 2009, 2011 e 2021, durante os governos de Lula (2005-2010), Dilma (2011-2016) e Bolsonaro (2019-2022), com destaque para 2008, que registrou a maior carga tributária durante o governo Lula, atingindo 34,6%. As menores cargas tributárias ocorreram durante o governo de FHC entre 1995 e 2000, variando entre 27,20% e 29,90%.

Em relação à inflação, os maiores índices foram observados em 1995, 2002, 2015 e 2021, durante os governos de FHC, Dilma e Bolsonaro. Já as menores taxas de IPCA foram registradas em 1998, 2006 e 2017, durante os governos de FHC, Lula e Temer.

No que se refere à taxa de juros, os maiores valores foram registrados em 1995, 1996, 1997, 1998 e 2002, durante o governo de FHC, variando entre 23,90% e 41,20%. As menores taxas Selic foram observadas em 2017, 2018, 2019 e 2020, durante os governos de Temer e Bolsonaro, variando entre 1,9% e 6,90%.

Sobre os dados coletados ao longo deste trabalho, as maiores Dívidas Externas Líquidas ocorreram durante os anos de 1998 a 2004, que abrangem os governos de FHC de 1998 a 2002 e Lula de 2003 a 2004. Notavelmente, a maior Dívida Externa Líquida foi registrada em 2002, no final do mandato de FHC.

Por outro lado, as menores Dívidas Externas Líquidas foram observadas em 2009 (-3,8%) durante o governo de Lula, em 2012 (-3%) e 2013 (3,7%) sob a administração de Dilma, bem como em 2015 (-3,20%), 2016 (-3,8%), e 2017 (-3,8%) durante os mandatos de Dilma e Temer, e em 2020 (-4,3%) e 2021 (-3,2%) sob a presidência de Bolsonaro.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Real, as maiores variações foram observadas durante o governo de Lula em 2004, 2007, 2008 e 2010, sendo que o ano de 2010 apresentou a maior variação com 8%. As menores variações negativas foram registradas durante o governo de Dilma em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,28%), e durante o governo de Bolsonaro em 2020 (-3,28%).

No que diz respeito aos melhores saldos de Superávit Primário, estes foram observados entre os anos de 1999 e 2008, e de 2010 a 2011, durante os governos de FHC, Lula e Dilma. O ano com o maior superávit foi em 2005, durante o governo de Lula. Por outro lado, os piores saldos, inclusive negativos, foram registrados entre 1996 e 2001, 2010 e 2014, e em 2019, durante os mandatos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, respectivamente.

Em relação à inflação, os maiores índices foram observados em 1995, 2002, 2015 e 2021, durante os governos de FHC, Dilma e Bolsonaro. Por outro lado, as menores taxas de IPCA foram registradas em 1998, 2006 e 2017, durante os governos de FHC, Lula e Temer.

No que se refere à taxa de juros, os maiores valores foram registrados em 1995, 1996, 1997, 1998 e 2002, durante o governo de FHC. As menores taxas SELIC foram observadas em 2017, 2018, 2019 e 2020, durante os governos de Temer e Bolsonaro.

Por fim, as maiores Dívidas Públicas Brutas foram registradas entre 2017 e 2022, durante os mandatos de Temer e Bolsonaro, enquanto as menores dívidas ocorreram nos governos de FHC em 2001 e 2002, Lula em 2010, e Dilma em 2011. Já as maiores Dívidas Públicas Líquidas ocorreram em 2002, 2019, 2020, 2021 e 2022, durante os governos de FHC e Bolsonaro, enquanto as menores foram observadas em 1995, 1996, 1997, 2012 e 2013, durante os governos de FHC e Dilma.

3. PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi amplamente conhecido pelo sucesso do Plano Real, apesar de ter sido realizado em 1993 pelo governo Itamar Franco, em controlar a hiperinflação inercial vinda dos governos anteriores em que apresentou redução significativa nas taxas de inflação.

No que diz respeito ao Plano Real, apresentava dois aspectos importantes para o processo inflacionário, que era a ideia dos choques que levaram à aceleração da inflação e do caráter inercial. Ainda, levando em conta esse diagnóstico, esse plano foi implementado em 3 fases: 1) consistia em um ajuste fiscal prévio, que consistia em uma estabilização das contas públicas; 2) indexação completa da economia na unidade real de valor (URV), que formava em uma unidade de referência para obter um

preço mais controlado; 3) a criação do real, que consistiu em trocar a URV em real. Contudo, vale observar que ocorreram outros problemas como o comprometimento do crescimento econômico, aumento da taxa Selic, da carga tributária, da dívida pública líquida, da dívida externa bruta e da dívida externa líquida.

Referente ao segundo período do governo, foi uma época com bastante externalidades negativas como a crise asiática no final de 1997, a crise russa de 1998, o atentado terrorista das torres gêmeas em 2001, a crise econômica argentina (1998-2002) e a crise energética brasileira de 2001. Por conta dessas externalidades, vários indicadores apresentaram pioras ao longo dos anos.

Contudo, vale ressaltar a forte política do câmbio de proteger o setor privado da desvalorização cambial através da venda de dólares e privatizações, principalmente na época de 1998 para ajudar a se eleger, que contribuiu para o cenário de elevação dos juros. Adicionalmente, houve o aumento da inflação, da dívida externa, da dívida pública e da estagnação econômica.

De maneira geral, o governo do FHC apresentou dívidas externas mais elevadas, estagnação do PIB real, diminuição do saldo do balanço de pagamentos, aumento do superávit primário, da carga tributária, da dívida pública bruta e da dívida pública líquida. Além disso, vale notar que em um primeiro momento, houve uma diminuição do IPCA e da Selic, mas, que nos anos finais de seu governo, esses dois índices voltaram a crescer. Por fim, vale notar que apesar da diminuição da Cesta do IPCA, ela não foi tão expressiva quanto a taxa de IPCA geral.

A partir do apresentando, tudo leva a crer que o governo de Fernando Henrique Cardoso é parcialmente encaixado na taxonomia de Populista Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Posto que houve políticas de cunho populista econômico, como o controle do câmbio para o agrado do setor privado e com o objetivo da reeleição, que gerou desequilíbrio com as contas externas, aumento da inflação, da carga tributária, que foi o maior aumento entre todos os governantes, da taxa Selic e da dívida pública. Contudo, vale notar que as políticas de financiamento externo, do aumento da taxa de juros e da carga tributária foram feitas com o intuito de combater a inflação, que de fato tem sido bem-sucedidas. Além desse fator, ainda houve diversas externalidades negativas do governo, tanto da herança inflacionária dos governos anteriores como da crise energética e das crises econômicas de outros países.

3.2 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O governo Lula foi marcado pelas fortes políticas sociais como o Bolsa Família, Prouni, Fome Zero, Minha Casa Minha Vida, com o objetivo principal de diminuir a pobreza. Porém, mesmo com as políticas sociais, o governo Lula apresentou controle em todos os indicadores econômicos e, inclusive, a melhora deles. Além disso, tal controle foi garantido pelo tripé econômico de cunho liberal, que consistia no câmbio flutuante, no superávit primário e nas metas de inflação. Todavia, esse tripé econômico liberal também é criticado por limitar o papel anticíclico do estado, resultando no processo de desindustrialização brasileira e em baixos índices de crescimento econômico. Ainda, referente aos indicadores econômicos, eles tiveram externalidade positiva pelo boom das commodities, que foi o período de forte alta dos preços de grande quantidade de commodities que levou ao aumento da exportação devido à crescente demanda das economias emergentes, e permitiu que outros países vizinhos também tivessem taxas progressivas de crescimento econômico.

Referente ao governo Lula, apresentou diminuição da dívida externa e da dívida pública tanto bruta como líquida, do superávit primário, do balanço de pagamentos, do IPCA, da cesta básica do IPCA, da Selic e crescimento do PIB real em quase todos os anos. Contudo, houve diminuição do superávit primário e aumento da carga tributária.

Diante do apresentado, conclui-se que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem indícios de não se encaixar no conceito de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários por não apresentar nenhum descomprometimento com os índices econômicos, apesar das políticas distributivas.

3.3 DILMA ROUSSEFF

O governo Dilma foi marcado pelo caráter intervencionista através da linha de crédito do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e da expansão das políticas sociais feitas no governo Lula. Todavia, apesar do intervencionismo, o governo não se encaixa na categoria de desenvolvimentismo por não propor políticas econômicas que focassem no crescimento da produção industrial e da infraestrutura. Visto que no governo Dilma apresentou desindustrialização e diminuição do PIB. Ademais, ainda sobre a sua agenda econômica, o governo Dilma continuou com tripé macroeconômico já estabelecido pelo governo FHC. Mas, esse tripé foi flexibilizado por desvalorizar o câmbio e por não cumprir com as metas de Inflação e Superávit primário.

Além disso, o governo Dilma, mesmo com sua política intervencionista e com o tripé flexibilizado, apresentou resultados aquém do desejado. Dado que a produtividade do trabalho não acompanhou o aumento dos salários reais, houve redução do PIB, do balanço de pagamentos, da dívida pública bruta e aumento da inflação, apesar do IPCA monitorado ter diminuído nos primeiros anos. Ainda, além desses resultados, o governo sofreu com irregularidades como as denúncias de corrupção, insatisfação popular e as pedaladas fiscais que resultaram em seu impeachment. No que diz respeito a essas pedaladas, referem-se a operações no orçamento público que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos com o objetivo de atenuar a situação fiscal do governo em um determinado intervalo de tempo. Nisso, a pedalada fiscal de Dilma implicou em atrasar os repasses do Tesouro Nacional para os bancos públicos para pagar benefícios sociais ou financiar investimentos com juros menores. Com isso, na omissão do pagamento do Tesouro, os bancos públicos usaram seus próprios recursos para honrar os programas estabelecidos, o que foi configurado pelo Congresso Nacional como crime de responsabilidade fiscal. Porém, vale ressaltar que nos governos FHC e Lula as pedaladas fiscais também ocorreram.

Apesar dos resultados, é importante salientar a instabilidade política em seu segundo governo e o cenário externo desfavorável da Crise Subprime dos Estados Unidos em 2008 como externalidade negativa para o governo Dilma. Pelo fato de que afetou negativamente o crescimento mundial e pela perda da demanda externa pelo fim do boom das commodities.

No que se refere ao governo Dilma, apresentou diminuição da carga tributária e da dívida externa líquida, aumento da dívida externa bruta, diminuição do PIB real, diminuição do saldo do balanço de pagamento e aumento do IPCA e da dívida pública bruta. Ainda, referente ao IPCA monitorado, a dívida pública líquida e a Selic, apresentaram quedas em um primeiro momento e depois uma elevação constante.

Diante do que foi apresentado, o governo Dilma se aproxima do conceito de Populismo Econômico. Porque apesar da expansão das políticas sociais, da diminuição da carga tributária, da Dívida Externa Líquida, da crise de 2008 e da instabilidade política, houve uma série de descumprimentos econômicos em prol de um distributivismo. Como o tripé macroeconômico e com a lei de responsabilidade fiscal através das pedaladas fiscais, que consistem em operações no orçamento público feitas pelo Tesouro Nacional sem previsão na legislação. Adicionalmente, ocorreu um intervencionismo que não resultou em crescimento econômico, industrial ou da infraestrutura e uma piora generalizada dos indicadores econômicos.

3.4 MICHEL TEMER

Michel Temer é marcado por governar o Brasil após o impeachment da presidenta Dilma, com propostas diferentes da apresentada pela gestão anterior. Posto que tinha como bandeiras políticas intervencionista e distributivista e no período Temer foi feita uma política econômica ortodoxa liberal, consistindo em uma menor participação do estado na economia. Por conta disso, no governo Temer foram estendidas as concessões aos setores internos e às capitais internacionais. Por exemplo, redução do BNDES, privatização na área de energia e de aeroportos, licença de exploração mineral em áreas protegidas, alterações das cláusulas da indústria naval e do pré-sal, que permitiu maior participação das empresas estrangeiras.

Ainda, sobre essas políticas ortodoxas, houve uma série de reformas liberais em que se excluiu parte da classe média e de segmentos expressivos dos trabalhadores. Como a reforma da previdência, teto para os gastos primários, reforma trabalhista, liberalização do emprego terceirizado para qualquer tipo de atividade e a diminuição de benefícios ao funcionalismo público.

Referente aos fatores exógenos, o governo sofreu externalidade negativa internacional com

a guerra comercial EUA/China em 2018 e a crise na Argentina em 2017, que dificultou as relações desses países com o Brasil. Além disso, o governo Temer sofreu com a instabilidade política em virtude de muitos serem contra a legitimidade de seu governo e com o processo de impeachment da presidenta Dilma.

Diante disso tudo que foi apresentado, o governo Temer apresentou diminuição da dívida externa líquida, crescimento do PIB real, diminuição da Selic e do superávit primário, aumento da carga tributária, do IPCA monitorado, da dívida pública bruta e líquida. Por fim, referente a dívida externa bruta e o IPCA, apresentou queda no primeiro ano e crescimento no ano seguinte.

Em virtude do que foi apresentado, apesar do superávit primário negativo e da elevação da dívida pública, o governo Temer não apresenta indícios de ser um populista econômico nos aspectos fiscais e monetários por apresentar compromisso com as contas públicas. Visto que os indicadores econômicos da dívida externa bruta e líquida, PIB real, carga tributária, saldo da balança de pagamentos, IPCA, IPCA monitorados e taxa Selic, estiveram dentro do esperado.

3.5 JAIR BOLSONARO

O governo Bolsonaro foi marcado pelo fim da hegemonia de dezesseis anos entre os governantes eleitos do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de existir uma discussão da legitimidade do Impeachment da Presidente Dilma e das diferenças da agenda econômica do governo Temer, e pela extensa série de controvérsias. As quais envolveram o gerenciamento na pandemia, saúde, educação, democracia, corrupção e outras declarações polêmicas que geraram forte instabilidade política. Na parte econômica, Bolsonaro seguiu a agenda ortodoxa liberal de Temer em prosseguir com as concessões aos setores internos e aos capitais internos a seus respectivos projetos. Por exemplo, a reforma trabalhista, privatização das áreas de energia e a nova reforma da previdência.

Entretanto, em 2020, o Presidente Bolsonaro já quebrou o teto de gastos e o continuou quebrando nos anos seguintes de 2021 e 2022. Ademais, mais especificamente, em julho de 2022, com o objetivo de ganhar a reeleição para presidente, o Governo aprovou a PEC “Kamikaze”, que consistia em uma série de benefícios como o Auxílio Brasil, Vale Gás, Auxílio Táxi, Bolsa Caminhoneiro somente até março de 2023, mesmo com o teto de gastos desrespeitado.

Referente aos fatores exógenos, houve uma série de externalidades negativas que prejudicam a economia do governo Bolsonaro. Dentre estes, destaca-se a guerra comercial EUA/China e a crise na Argentina já herdadas pelo governo Temer, além da queda de preços de commodities em 2019, a guerra da Ucrânia com a Rússia em 2022 e, principalmente, a pandemia da Covid 19.

Ainda, a respeito do governo Bolsonaro, houve aumento da dívida externa bruta, IPCA, taxa Selic, dívida pública bruta e líquida e diminuição do superávit primário. Mas ocorreu a melhora do saldo do balanço de pagamentos. Além disso, quanto ao PIB real, após a brusca queda de 2020 houve um aumento nos dois anos seguintes. No que se refere a carga tributária, houve diminuição nos dois primeiros anos e apresentou crescimento de 2,30% em 2021. Quanto à dívida externa líquida, apresentou aumento em 2019 e 2022 e diminuição em 2020 e 2021. Por fim, referente ao IPCA monitorado, apresentou queda em 2019 e 2020, um aumento de 13,13% em 2021 e uma queda de -17,24% em 2022.

Em relação ao que foi apresentado, tudo leva a crer que o governo Jair Bolsonaro é encaixado na taxonomia de Populismo Econômico fiscais e monetários. Posto que, quebrou o teto de gastos em 2020, 2021 e 2022, pela PEC “kamikaze”, que visou somente benefícios a curto prazo em seu governo com o objetivo claro de tentar se eleger, e pela piora generalizada dos indicadores econômicos. Contudo, é importante ressaltar as diversas externalidades negativas como a guerra da Ucrânia com a Rússia e a pandemia da Covid e a melhora de alguns indicadores econômicos como o saldo do balanço de pagamentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta das turbulências sociais e econômicas, ocorreu a banalização do uso do termo Populismo Econômico tanto em termos nacionais como globais. Uma vez que o termo Populismo Econômico

é usado de maneira errônea para designar quaisquer governos com políticas desenvolvimentistas, distributivas e sociais.

Na generalidade, o Populismo Político é a manipulação do governo diante das classes com menor conhecimento político. Como demonstrado por Weffort (2003, p. 51), o Populismo Político é controlar e enganar a população mais vulnerável, mostrando indignação com as partes mais poderosas da sociedade. No entanto, esse conceito é subjetivo, amplo e invariavelmente pejorativo para classificar determinado governo por faltar recursos mais concretos e imparciais para o estudo. Em virtude disso, para Ferreira (2001), Populismo Político não é um conceito técnico, mas sim, um termo banalizado com o uso de desmerecer os outros quando é oportuno.

Em relação ao Populismo Econômico, ele se baseia em um padrão de política econômica em crescimento acelerado independentemente das situações adversas e subestima as políticas de estabilização. Em relação a esse conceito, se baseia nas definições de populismo econômico para Dornbusch e Edwards (1991) e Bresser Pereira (1991).

Mais especificamente, Dornbusch e Edwards (1991), ao estudar os governos latino-americanos, afirma que a condição inicial do governo Populista econômico é a performance da economia está pior que o esperado e, por conta disso, os políticos e o resto da população, almejam melhorar a economia mesmo implicando em fortes desrespeitos orçamentários. Ademais, o Populismo econômico para Dornbusch e Edwards (1991), consiste no aumento da demanda seguido de controle do câmbio ou protecionismo em pontos de estrangulamento da economia que fizeram uma elevação da crise econômica e um ambiente propício para políticas de cunho ortodoxo. Por fim, segundo Dornbusch e Edwards (1991), prega que o populismo econômico não resulta necessariamente no colapso da economia e sim, em apresentar efeitos nocivos para os grupos mais necessitados, que esperavam ser os mais beneficiados pelas políticas populistas.

Ademais, segundo Bresser Pereira (1991) ao explicar as diferenças das políticas keynesianas do populismo econômico e ao analisar o fenômeno populista da América Latina, concluiu que o Populismo Econômico é o governo ter um alto crescimento e baixa inflação e, em um segundo momento, uma crise fiscal seguida de uma crise política e econômica em que os supostos “responsáveis” pelo caos são tirados do poder. Adicionalmente, Bresser Pereira (1991) diferenciou os Populistas “de esquerda”, que são os que pregam um distribuímos ingênuo e irresponsabilidade com a parte fiscal dos “de direita”, que é a irresponsabilidade fiscal com o setor público em benefício do setor privado e do Clientelismo.

Levando isso em conta, de maneira geral, a pesquisa tinha como objetivo responder quais dos governantes entre 1995 e 2022 podem se encaixar na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Por conta disso, foi feita a coleta dos dados referente a dívida externa bruta e líquida, o superávit primário, a carga tributária, o balanço de pagamentos, o IPCA, o IPCA monitorado, a variação do PIB real, a dívida pública bruta e líquida durante o intervalo de tempo de 1995 a 2022. Além dessa coleta de dados, foi feita a análise de quais governos tiveram os indicadores econômicos dentro da normalidade levando em conta o contexto socioeconômico do Brasil e do restante do mundo e quais se afastaram destes quadros.

Nisso, tudo leva a crer que os governos Lula e Temer não se encaixam na definição de governante populista econômico nos aspectos fiscais e monetários por apresentarem compromisso com as contas públicas. Contudo, o governo Dilma e Bolsonaro aparentam se adequar a classificação e o governo FHC apresenta parcialmente vestígios de ser encaixado na taxonomia de Populista Econômico. Dado que o governo Dilma descumpriu com o tripé macroeconômico e com a lei de responsabilidade fiscal através das pedaladas fiscais, houve um intervencionismo que não resultou em crescimento econômico, industrial ou da infraestrutura e, por fim, teve uma piora generalizada dos indicadores econômicos.

Referente ao governo Bolsonaro, é, aparentemente, encaixado no conceito por ter quebrado o teto de gastos em 2020, 2021 e 2022, pela piora generalizada dos indicadores econômicos e, por fim, pela PEC “kamikaze”, que visou somente benefícios a curto prazo em seu governo com o intuito de se eleger.

Quanto ao governo FHC, se aproxima do conceito de Populista Econômico nos aspectos fiscais e monetários porque no período perto da reeleição, ocorreu o controle do câmbio para o agrado do setor privado que gerou desequilíbrio com as contas externas, da dívida pública, da elevação da taxa Selic, da inflação, e da carga tributária, que teve o maior aumento entre todos os governantes.

Com esses resultados, conclui-se que o trabalho conseguiu atingir seu propósito com êxito. Uma vez que foi possível fazer a coleta da dívida interna e externa, superávit primário, carga tributária, balanço de pagamentos, IPCA, IPCA Monitorado, variação do PIB, Dívida Pública Bruta e Líquida do período. Com esses dados, ainda, foi possível analisar quais governos entre FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro se enquadram na definição de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários.

Por fim, para futuras pesquisas, é possível trazer análises mais aprofundadas futuras com a coleta de dados do câmbio, a comparação econômica de países vizinhos, de índices sociais e de outras técnicas mais sofisticadas para contribuir com o melhor entendimento do populismo no Brasil. Dado que a taxa de câmbio é outro indicador importante para enriquecer a análise, que não foi visto de maneira aprofundada, e da necessidade de aprofundamento geral no assunto.

REFERÊNCIAS

BCB - Banco Central do Brasil. *Dados Abertos*. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

BRESSER PEREIRA, Carlos, Luiz. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

BRESSER PEREIRA, Carlos, Luiz. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. *The macroeconomics of populism in Latin America*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1991.

FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FMI - Fundo Monetário Internacional. *Brazil Country Data*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/BRA#countrydata>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FONSECA; Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1, p. 56-76, jan./mar. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Painel de indicadores*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>. Acesso em: 22 jun. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Séries históricas*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx#>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional. *Boletim trimestral de estatísticas fiscais do governo geral*. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-trimestral-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2022/22>. Acesso em: 22 jun. 2022.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.